

O título, *Pulsão e Linguagem: Esboço de uma concepção psicanalítica do ato*, já sugere a idéia central do livro, uma abordagem do conceito de ato em psicanálise. A autora percorre o pensamento freudiano a respeito da pulsão, articulado com a contribuição lacaniana. O resultado é enriquecedor e esclarecedor para nós analistas, na medida em que o pensamento de Lacan é retomado sem abandonar o eixo da teoria freudiana.

O ato psicanalítico não é como qualquer ato. Não é puramente uma ação, um movimento e muito menos proposital. Ao longo do livro vai sendo delineado o conceito de ato como uma ação motora e/ou uma palavra por meio da qual a pulsão encontra meios de se expressar à revelia do sujeito, desalojando-o da posição de controle da situação. Só *a posteriori* o trabalho psíquico, através da elaboração pela representação, estabelecerá o vínculo entre o ato e o sujeito.

Aproximamo-nos de um relativo domínio da atividade da pulsão por meio do processo secundário. Segundo a autora, a pulsão está na linguagem, seja num gesto ou numa fala, implicada absoluta e sorratamente, tanto no corpo quanto no psíquico. O conceito freudiano de pulsão - "conceito-limite entre o somático e o psíquico", é entendido por ela como indicação de que a pulsão se encontra tanto no somático quanto no psíquico, e não fora deles. As exteriorizações da pulsão pertencem a diversas realidades das quais a conceitualização de ato procura dar conta.

A pulsão fazendo arte

Resenha de Ana Maria Rudge, Pulsão e Linguagem: Esboço de uma concepção psicanalítica do ato, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998, 158 p.

A tarefa nada fácil, que exige um longo e minucioso caminho pelos corredores conceituais de Freud e Lacan, faz o leitor às vezes se afastar do texto, evocar aqueles autores, para depois retomá-lo no seu sentido próprio.

Ana Maria Rudge apresenta o conceito de pulsão inserido no campo da linguagem. Em *Além do Princípio de Prazer* constatando que o princípio de prazer não rege todo o funcionamento mental, Freud deu maior amplitude ao conceito de pulsão. Nesse momento do seu pensamento, a teoria desarticulou o princípio de prazer do processo primário de funcionamento psíquico. No processo primário não há ligação de energia, mas apenas o espaço pulsional, espaço de energia livre que pressiona por descarga, que nada mais é do que excitação. É a linguagem, como princípio de ligação, que torna possível o processo secundário e que permite a instauração do princípio de prazer.

O já conhecido conflito entre construção e dissolução na vida humana, é o mesmo que há entre processo secundário e processo primário: se um visa a manutenção e a estabilidade para se fazer cultura, o outro dissolve e quebra pela força da pulsão.

A autora trata da simbolização, ou seja, do campo das representações. É aí que ela explicita a idéia de constituição da pulsão associada à *função* do objeto perdido, ou seja, ao *perder*, que assume inúmeros significantes. Segundo Lacan é a função do objeto perdido que instaura a repetição. É a perda do objeto que é condição para que surja o sujeito, para que haja distinção entre o que é representado e o que realmente existe. É a condição para a delimitação de fronteiras de um espaço como subjetivo. Ela segue afirmando que o que se apresenta à percepção não é idêntico à representação ativada pelo desejo. Esta não garante a presença do representado. O objeto perdido está fora do campo da representação. Tanto Freud quanto Lacan definiriam as coisas, ou a *Coisa*, respectivamente, como resíduos que escapam de serem julgados e nomeados, e ao mesmo tempo, constituem condição para a representação. A *Coisa* tem papel de bússola nos caminhos pelos quais se procura reencontrar o objeto. Então, todos os objetos aos quais a pulsão se articula representam a *Coisa*, mas nunca são a *Coisa* mesma. Ela é incognoscível, mas é ela que dirige a escolha dos objetos. Forma um campo de força que move o sujeito sob um aspecto de impessoalidade, que o destrona de uma suposta autonomia. O sujeito, sempre buscando algo que não sabe, que julga encontrar e querendo já outra coisa, está compreendido pela idéia lacaniana de que a função sujeito é a de suporte da repetição.

O livro percorre o tema da compulsão à repetição. Através da atuação do supereu, em sua dimensão de aliado da pulsão de morte no masoquismo, aponta para uma das formas possíveis de se reconhecer a manifestação da pulsão em seu aspecto destrutivo. Para Freud quando o supereu é tomado por uma sexualização regressiva e encontra uma satisfação masoquista do eu, através da crueldade, a satisfação pulsional implica numa degradação moral. Ele teria entrevisto experiências em que a dor e o desprazer não funcionavam dentro dos objetivos do princípio de prazer, mas podiam ser alvos em si mesmos. Para a autora, cujo pensamento pretende se alinhar com o de Lacan, é pela via do masoquismo que o supereu pode se aliar ao gozo, à satisfação pulsional.

Acompanhando o pensamento freudiano, a autora afirma que também através da neurose de destino, pode-se reconhecer a manifestação da pulsão de morte. Neste caso, não há a introjeção da instância punitiva e quem promove o sofrimento é o destino inesperado, como uma instância do real. Dentro do quadro, trazido pela autora, ainda encontramos duas formas diferentes de abordar esta compulsão à repetição: em uma, está em jogo a possibilidade de o sujeito se reconhecer na atividade repetitiva e na outra, não. Nesta última, o sujeito não se reconhece, a relação com seu malfeitor destino é vivida em pura passividade. Cabe ressaltar para o leitor, a advertência que faz a auto-

ra sobre o perigo de se cair em uma concepção de superdeterminismo psíquico. Não se trata de interpretar a compulsão de destino de forma tal que leve à idéia de que todo o destino é articulado pelo sujeito. Interessa pois indicar agora a questão, abordada pelo texto, que diz respeito ao abismo que há entre assumir o ato, implicando-se nele, e não assumí-lo.

Se o ato é assumido, cria-se uma forma de aliança cuja elaboração é a produção simbólica. Caso contrário, o acontecimento em que se satisfaz a pulsão é vivido apenas como trauma. A pulsão trabalha sem que o sujeito se represente. Ele faz, sem saber que faz. É a pulsão que faz. A atividade pulsional aí se presentifica sem sujeito.

O livro segue expondo a linguagem segundo Freud e Lacan. Esta parte do caminho trilhado por Ana Maria Rudge é realizada meticulosamente e com seriedade. Encaminha-nos a uma revisão muito bem vinda do percurso freudiano e nos introduz ainda mais no discurso lacaniano sobre a importância da linguagem para psicanálise.

A linguagem, para Freud, é condição de ligação e de funcionamento psíquico em processo secundário por sua natureza simbólica. E Lacan acrescenta: ela só pode cumprir este papel enquanto produto social no cerne da estrutura linguística de uma determinada comunidade. O aspecto social e convencional da linguagem seria correlativo ao processo secundário. A

linguagem supõe a função do Édipo como estrutura, como a operação necessária que integra pulsões parciais, permite o advento do desejo e introduz uma referência terceira, uma mediação. É através da linguagem articulada que o pulsional, originalmente *isso*, é incluído na esfera do eu.

É importante destacar dois apontamentos que julgo de extrema valia para a compreensão do tema e aprofundamento do conhecimento de Freud e de Lacan. Em primeiro lugar, a autora expõe a primazia do texto "Sobre Afasias" de Freud como aquele que anuncia os principais conceitos psicanalíticos e também marca o início da psicanálise a partir do aparelho da fala. Lamenta que este texto não esteja incluído nas obras completas.

Em segundo lugar, quero ressaltar o histórico do pensamento lacaniano exposto no livro, que nos sinaliza o percurso realizado por Lacan no universo da linguística estrutural. Há nele um primeiro e um segundo Lacan: aquele que se alia firmemente aos estruturalistas, principalmente a Saussure, e aquele que deles se afasta devido exatamente ao conceito de

pulsão. Ana Maria Rudge reafirma que a psicanálise só pode articular a tradição da linguagem com uma determinada configuração pulsional. Mesmo se afastando da linguística estrutural, Lacan não abandona o modelo linguístico, passando a se apoiar em Austin. Este filósofo da linguagem de Oxford, contribuiu com o pensamento lacaniano no sentido de apontar para os "atos de fala". Faz a crítica da idéia de que as palavras descrevem coisas e veiculam informações, e adota a perspectiva que as submete a uma pragmática, à ação que têm em uma situação social concreta.

Percebe-se, então, neste percurso realizado pela autora, que nos encaminhamos para a noção de linguagem associada a uma atividade e engajada em sua função no social. E neste sentido, apoia-se em Lacan que destaca e delimita a noção de discurso como vínculo social, uma estrutura de relações inteiramente dependente da linguagem. Sendo assim, o pensamento lacaniano subordina a linguagem a uma pragmática, a um conjunto de regras que regulam os atos. E, aponta a centralidade do inconsciente e da pulsão neste conjunto. O discurso ultrapassa as enunciações efetivas, as palavras são ocasionais. O discurso equivale à concepção austiniana de "atos de fala". E Lacan vai mais longe: o discurso não tem o sujeito como agente, mas determina-o, o que destitui o sujeito da consciência. O discurso faz, mesmo que

só depois o sujeito saiba disso. E ainda, se o sujeito é determinado pelo discurso, então, o que acontece entre as pessoas não é intersubjetividade, mas sim intersignificância. Encontra-se aí a primazia lacaniana do significante.

Acompanhamos com isso, a aproximação do conceito de ato em um terreno privilegiado onde se articulam pulsão e linguagem.

Em *Totem e Tabu*, diz a autora, Freud tematiza as relações entre o pensar e o agir. O homem primitivo faz o pensamento passar à ação. O ato, o parricídio, é um substituto do pensamento. Neste sentido, em contraposição, o neurótico inibe a ação e contenta-se em pensar. O pensamento substitui o agir. O ato imprime um movimento irreversível de transformação do real, produzindo conseqüências na esfera social, o que não se dá no fantasiar.

Segue afirmando que o pensamento é diferente do ato, pois aquele é sempre simbólico, mas a linguagem está implicada em ambos. O pensamento não pode prescindir dela e os atos só podem ser compreendidos em um meio social que é permeado e estruturado pela linguagem.

Tem destaque no livro a idéia de que a palavra é o instrumento de mutação para a psicanálise, não só porque transmite idéias e a história do sujeito. Algo é efetivamente *feito*, quando se fala. Então, não é possível colocar em oposição ato e palavra. O que diferencia o ato da pura descarga é seu correlato significativo, a palavra. Existe uma diferença e não uma oposição. A tese da autora é a de que além do ato em si, entendido como *atuação*, experiência tão conhecida na clínica, as palavras constituem, por assim dizer, atos simbólicos. Faço nes-

te momento parênteses, para realizar um esclarecimento que viria iluminar nossa experiência como analistas. Penso que, quando tratamos da palavra, devemos estar nos referindo a ela inserida no universo da linguagem. Neste sentido, a enunciação de significantes abrange tanto a palavra dita, quanto a não dita. Assim como um dedilhar (com os dedos) é uma expressão e uma forma de fala, também o *silêncio*, sem palavras, é uma fala, no sentido em que diz a si mesmo. O sujeito no ato de silenciar, enuncia um significante que favorece outros significantes.

Seguindo os passos da autora, entramos no terreno dos atos falhos que têm como característica principal se darem à revelia do sujeito. Geram certos efeitos sociais, sem que o sujeito, inicialmente, os tome a seu cargo. O texto põe em foco o modo pelo qual estão estreitamente ligados à pulsão, como uma vontade não unificada que escapa ao sujeito. Também no sintoma podemos perceber a vontade-atividade em jogo. A formação substitutiva que o constitui não deve alcançar uma descarga através da motilidade, não deve se tornar ação. É assim, que o eu tenta amenizar a intensidade da pulsão. Através do recalque, o eu impede o processo substitutivo de ter qualquer efeito na realidade, a não ser como alterações no próprio corpo.

Finalizando, Ana Maria Rudge faz questão de reafirmar sua leitura freudiana sobre ato e representação. Para Freud, o ritual seria anterior ao mito, o ato anterior à representação. A representação viria a se aproximar do que teria acontecido. Jamais como um retrato fiel do ocorrido, mas mesmo com as distorções, trazendo ainda a realidade do passado. A representação tem pois laços com o passado, mas também reflete o desejo do presente, como um movimento em espiral, onde o ato imprime efeitos no real que a representação visa incessantemente abarcar.

Voltando ao conflito humano central, tal como é apresentado no livro, ele pode ser traduzido pela luta entre a proteção de uma figura poderosa, que faz exigências através do supereu, e a satisfação pulsional. Assim, a neurose assegura satisfações imaginárias em que o risco da castração e a

angústia são driblados, mas só ao custo de uma renúncia ao ato. Essa solução que conjuga algum prazer ao objetivo de evitar a angústia está sob a égide do princípio de prazer. A pulsão pode se opor ao princípio de prazer, pois prazer não é igual à satisfação pulsional. É no ato que a pulsão pode satisfazer-se, tanto em sua dimensão de atividade motora, quanto em sua abrangência no campo das representações. E dentro do universo das representações, retomando o pensamento austíniano, existem as “falas verdadeiras”, onde o sujeito toma a palavra, e as “falas não verdadeiras”, onde o sujeito reproduz um saber estabelecido, as falas egóicas.

Ao longo de sua reflexão, a autora deixa claro ao leitor a importância da atividade representativa. Aponta com clareza, seguindo o percurso freudiano, que só um representante representativo, ou ideativo, pode ser recalcado, mas o representante afetivo da pulsão continua em atividade. Ele não pára de produzir, seja dando vida aos atos e às novas representações, seja transformando-se em angústia quando não encontra onde se engancha.

Vale lembrar que para Freud, “A discricção é incompatível com uma exposição sobre a psicanálise. É preciso ser sem

escrúpulos, expor-se, arriscar-se, trair-se, comportar-se como o artista que compra tintas com o dinheiro da casa e queima os móveis para que o modelo não sinta frio. Sem algumas dessas ações criminosas, não se pode fazer nada direito.”¹ A reflexão de Ana Maria Rudge situa-se nessa posição difícil e indiscreta de quem expande sua fala em direção ao panorama interno do sujeito psicanalítico. Se toda atividade psíquica é movida pela pulsão, em algum momento o sujeito deve assumir o risco pulsional; presentificar-se como sujeito dividido; expor-se à angústia, ser indiscreto. É assim que se inscreve a marca subjetiva no social.

NOTAS

1. Carta de Sigmund Freud a Oskar Pfister em 1910, citada no livro *Freud, Pensador da Cultura*, de Renato Mezan, São Paulo, Brasiliense, 1985, 652 p.

Cecília Carvalho Meirelles é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, psicoterapeuta em Terapia Psicanalítica Breve no Hospital Universitário da USP, mestranda em Psicologia Clínica no IPUSP.